



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

Maria Flôres Hass

**A RELAÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA COM AS FAMÍLIAS NUM
PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Florianópolis
2014

Maria Flôres Hass

**A RELAÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA COM AS FAMÍLIAS NUM
PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina como pré-requisito para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia à comissão julgadora dos professores do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Jéferson Silveira Dantas

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Hass, Maria Flôres

A relação de uma escola pública com a família num
processo de gestão democrática / Maria Flôres Hass ;
orientador, Jéferson Silveira Dantas - Florianópolis, SC,
2014.

32 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação. Graduação em Pedagogia.

Inclui referências

1. Pedagogia. 2. Gestão democrática. 3. Relação família-
escola. 4. Ensino-aprendizagem. I. Dantas, Jéferson
Silveira . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Pedagogia. III. Título.

Maria Flôres Hass

**A RELAÇÃO DE UMA ESCOLA PÚBLICA COM AS FAMÍLIAS NUM
PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina como pré-requisito para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia à comissão julgadora dos professores do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 23 de Junho de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jéferson Silveira Dantas (EED/CED/UFSC)- Orientador

Prof.^a Dr.^a Justina Inês Sponchiado (CED/UFSC) – Examinadora

Prof.^a Dr.^a Joana Célia dos Passos (EED/CED/UFSC) – Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Lapa de Aguiar (EED/CED/UFSC) – Suplente

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho, João, que apesar da pouca idade é sem dúvida meu maior incentivador. Agradeço a compreensão e maturidade ao entender minha ausência em determinados momentos para que essa caminhada fosse possível.

À minha Avó, Anita Flôres, que é um exemplo de mulher à frente do seu tempo e me incentivou a cursar Pedagogia.

Aos meus pais, pelo amor e carinho de toda vida.

À Universidade Federal de Santa Catarina e todos os professores e professoras que contribuíram com a minha formação na universidade e fora dela.

Ao meu orientador, Jéferson Dantas, pela atenção e apoio.

A todos que de alguma forma contribuíram com o nosso trabalho, meus agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como tema central a investigação de como se dá a relação da Escola de Educação Básica Padre Anchieta com as famílias num processo de gestão democrática e em que medida essa relação aproxima comunidade escolar, famílias e estudantes, objetivando maior qualidade de aprendizagem e apropriação dos conhecimentos científicos produzidos pela humanidade. A metodologia utilizada foi bibliográfica e documental. Pretendeu-se aqui identificar as lacunas existentes entre escola e famílias, o porquê de haver tanta resistência e em que medida a organização do trabalho pedagógico, sobretudo dos professores, pode auxiliar nesse processo de democratização. No primeiro capítulo procurou-se contextualizar as intenções do Projeto Político Pedagógico da instituição estudada em termos de concepção de sociedade, buscando entender a percepção de gestão democrática na escola pública pautada na valorização da comunidade escolar, que opera num contexto com estudantes em situação de vulnerabilidade social; no segundo capítulo procurou-se refletir sobre a democratização da escola pública como elemento de aproximação com a comunidade local, considerando as dificuldades de determinadas propostas pedagógicas não se concretizarem, principalmente, a respeito dos problemas que as famílias expõem de não estarem presentes na escola.

Palavras-chave: Gestão democrática. Relação família-escola. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This research has as its central theme the investigation of how is the relationship of the School of Basic Education Padre Anchieta with family in a democratic management process and to what extent this relationship brings school community, family and students, aiming higher quality learning and appropriation of scientific knowledge produced by humanity. The methodology was bibliographical and documentary. Here we intended to identify the gaps between school and family and why this approach is still as tough and to what extent the organization of educational work, especially teachers, can assist in this process of democratization. In the first chapter we attempted to contextualize the intentions of the Political Pedagogical Project of the institution studied in terms of conception of society, seeking to understand the perception of democratic management in the public school guided by the valuation of the school community, which operates in an environment with students in vulnerable situations social; in the second chapter we tried to reflect on the democratization of the public school as element approximation with the local community, considering the difficulties of certain pedagogical proposals are not primarily realize about the problems families expose not attend the school.

Keywords: Democratic management. Family-school relationship. Teaching and learning.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. AS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE ANCHIETA E A RELAÇÃO COM ESTUDANTES E FAMILIARES DOS TERRITÓRIOS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ. ...	11
2.1 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	18
3. A DEMOCRATIZAÇÃO NA ESCOLA COMO ELEMENTO DE APROXIMAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL.....	20
3.1 ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO DA ESCOLA COM AS FAMÍLIAS	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, meu projeto de pesquisa, realizado na sexta fase do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, era relacionado ao ensino da música nos anos iniciais do ensino fundamental. Porém, na oitava fase do curso de Pedagogia – durante a experiência no exercício da docência nos anos iniciais do ensino fundamental, sob a orientação da professora Maria Isabel Batista Serrão, do Departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Ciências da Educação (MEN/CED/UFSC) – e nos frequentes debates e trabalhos realizados na disciplina Organização dos Processos Coletivos do Trabalho Escolar, ministrada pela professora Maria Aparecida Lapa de Aguiar, do Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação (EED/CED/UFSC), acerca da gestão democrática na escola pública, nasceu o desejo em considerar como se dá a relação da família com a escola.

Então, fiz um novo projeto sobre do tema. Agora o desafio era encontrar um orientador. O tempo foi passando e a espera foi ficando cada dia mais angustiante. Enquanto a maioria das colegas já havia iniciado a pesquisa, eu e outras estudantes estávamos à espera de um orientador. Visto que ter um/a orientador/a com experiência no tema abordado e que seja professor efetivo no quadro da Universidade Federal de Santa Catarina, não é tarefa simples, uma vez que muitos professores do curso de Pedagogia são substitutos. Contudo, contei com o apoio da coordenação de TCC, especialmente da professora Patricia Laura Torriglia, do Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação (EED/CED/UFSC), que mesmo com dificuldades para encontrar um orientador se mostrou incansável para nos ajudar.

Finalmente, fui apresentada ao meu orientador, Jéferson Dantas, do Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação (EED/CED/UFSC), e já no primeiro encontro reformulamos o objeto de estudo para podermos concretizar a elaboração do ensaio monográfico, devido à falta de tempo hábil para realizar uma pesquisa mais abrangente.

Valemo-nos, então, da larga experiência do prezado orientador Jéferson Dantas junto à Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, sobretudo na

Escola de Educação Básica Padre Anchieta, unido à minha experiência no exercício da docência, realizado na oitava fase do curso de Pedagogia nesta mesma instituição.

Diante da real situação decidimos realizar uma pesquisa em que a metodologia utilizada foi bibliográfica e documental. Foram pesquisados textos que abordam sobre a concepção de gestão escolar democrática, a relação da escola com a família nesta mesma perspectiva, sobretudo, o livro *Formação Continuada e Politização Docente*, no qual o presente orientador foi um dos organizadores, em que apresenta experiências políticas e pedagógicas das escolas associadas à Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (CE/FMMC), em Florianópolis. Além de analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Básica Estadual Padre Anchieta – que também esteve associada à CE/FMMC e minha própria experiência acerca dos desdobramentos e situações vivenciadas nesta instituição de ensino no segundo semestre de 2013 – utilizando também como fonte de pesquisa o relatório de estágio concretizado neste período.

O objetivo central deste estudo foi, principalmente, trazer a reflexão de como a relação da escola pública com a família se dá num processo de gestão democrática e compreender em que medida essa relação aproxima comunidade escolar, famílias e estudantes, aprimorando o processo formacional de crianças e jovens residentes nos territórios do Maciço do Morro da Cruz..

Por meio desta pesquisa pretendeu-se identificar as lacunas existentes entre escola e família; compreender porque há resistências e em que medida a organização do trabalho pedagógico, sobretudo dos professores pode auxiliar nesse processo de democratização. Outro objetivo foi compreender as estruturas (sistema de ensino, notadamente, que abriga a Secretaria de Estado da Educação e a Gerência Regional de Educação) que impedem que essa relação seja possível dentro de sua totalidade.

No primeiro capítulo contextualizamos as intenções do Projeto Político Pedagógico da instituição em termos de concepção de sociedade, buscando entender a percepção de gestão democrática na escola pública pautada na valorização da comunidade escolar que opera num contexto com estudantes em situação de ‘vulnerabilidade social’.

No segundo capítulo procuramos refletir sobre a democratização da escola pública como elemento de aproximação com a comunidade local, considerando as dificuldades de determinadas propostas pedagógicas não se concretizarem,

principalmente, a respeito dos problemas ou demandas que as famílias expõem e de não estarem presentes nas pautas da escola.

E, por fim, apontam-se algumas estratégias de aproximação entre escola e família pensando na qualificação formacional da educação pública, especialmente da Escola de Educação Básica Padre Anchieta, ainda que reconheçamos os muitos limites de análise.

2. AS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE ANCHIETA E A RELAÇÃO COM ESTUDANTES E FAMILIARES DOS TERRITÓRIOS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

No segundo semestre de 2013, a disciplina MEN 7108- Educação e Infância VIII: Exercício da docência nos anos iniciais do ensino fundamental, sob a orientação da professora Maria Isabel Batista Serrão – cujo objetivo principal da disciplina era exercitar a prática docente nos anos iniciais do ensino fundamental e analisar a prática docente realizada – teve como campo de observação e exercício da docência a Escola de Educação Básica Padre Anchieta, em uma turma de 29 crianças do terceiro ano do ensino fundamental. Nesse exercício obtiveram-se muitos elementos para discutir agora nesta investigação a relação de uma escola pública com a família num processo de gestão escolar democrática.

Segundo Luck (2000),

[...]. A gestão escolar constitui uma dimensão importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, observa-se a escola e os problemas educacionais globalmente, e se busca abranger, pela visão estratégica e de conjunto, bem como pelas ações interligadas, tal como uma rede, os problemas que, de fato, funcionam de modo interdependente. Cabe ressaltar que a gestão escolar é uma dimensão, um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si mesmo, uma vez que o objetivo final da gestão é a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos [...]. (LUCK, 2000, p. 8).

Além da experiência do exercício docente, o Projeto Político Pedagógico¹ (PPP) da escola também foi utilizado como fonte de pesquisa para ajudar a entender melhor o que ele indica em termos de concepção de sociedade e refletir sobre as dificuldades de determinadas propostas pedagógicas não se concretizarem. Em especial, a respeito dos problemas que as famílias expõem de não estarem presentes na escola.

O PPP da escola é constituído de uma introdução que apresenta a concepção filosófico-pedagógica, seus objetivos, histórico da instituição, biografia do patrono da escola, sua localização, dimensão financeira, diagnóstico socioeconômico, diagnóstico

¹ Etimologicamente o termo **projeto** vem do latim *projectu*, que significa lançar para diante. Assim, planejar o que temos a intenção de fazer. Segundo Veiga (2003), é **político** porque está intimamente ligado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos de uma população. Ou seja, ele é político no sentido do compromisso de formar cidadãos para uma determinada sociedade. É **pedagógico** no sentido de definir ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e intencionalidades. Esses dois âmbitos do projeto são indissociáveis, fazendo parte de um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola.

de rendimento escolar e metas. O segundo capítulo do PPP reporta-se à organização escolar, aborda a direção, a assessoria de direção, assistente de educação, serviços técnicos pedagógicos, atribuições da supervisão, administração, orientação e técnico-pedagógico e atribuições específicas de todos os profissionais. Refere-se também ao regime disciplinar e relata os direitos e deveres de alunos e professores e as penalidades para aquilo que não for cumprido. Regula os documentos da escola como matrícula, transferências e outros e trata ainda da estrutura física, especificando a biblioteca, laboratório de informática, laboratório de línguas e laboratório de química e física.

O terceiro capítulo aborda o aspecto curricular, pois trata da organização do ensino, dos currículos do Ensino Médio, do curso de Magistério, do ensino Fundamental, organização do trabalho escolar e organização das turmas. O quarto capítulo contempla a avaliação explicitando como ocorrerá esse processo, a forma de registro, recuperação paralela, promoção dos alunos, conselho de classe e dependência.

O quinto capítulo trata do Conselho Deliberativo Escolar, do Grêmio Estudantil e da Associação de Pais e Professores. E, por fim, as referências que sustentam teoricamente o projeto, o calendário letivo e a lista dos profissionais que atuam na escola.

Historicamente, a escola de Educação Básica Padre Anchieta têm sua origem em 1929 quando o Arcebispo D. Joaquim Domingues de Oliveira comprou uma casa na localidade de Pedra Grande e fundou a escola São Luiz. Mais tarde, em 1934, a escola passa a ser chamada de Grupo Escolar Arquidiocese Padre Anchieta e deste momento até os dias de hoje é de responsabilidade do poder público estadual².

A EEB Padre Anchieta atende atualmente 820 estudantes, em grande parte, moradores dos territórios do Maciço do Morro da Cruz, possuindo ensino fundamental e médio, no período matutino, vespertino e noturno (Ensino Médio). Muitos estudantes trabalham em programas como o “Menor Aprendiz”, a partir dos 14 anos e/ou frequentam projetos no contraturno.

² Boa parte das informações sobre a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) assim como os relatos de alguns colaboradores da escola, foram retirados do relatório apresentado como requisito parcial para avaliação do conjunto de professores da 8ª fase do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no segundo semestre de 2013, sob a orientação inicial da Profa. Maria Isabel Batista Serrão, elaborado por mim, Maria Flôres Hass, Ismael Andrada Bernardes e Renata do Prado Souza.

A instituição passou a compor a Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (CE/FMMC) a partir de 2002. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola essa comissão era responsável:

[...] pela articulação, organização e encaminhamentos propositivos na construção de políticas públicas educacionais, cuja coordenação geral [estava] a cargo do Pe. Vilson Groh. Em encontros mensais [eram] discutidas as ações das escolas voltadas para: formação continuada dos educadores, reivindicações junto à Secretaria de Educação do Estado e Gerência de Educação (infraestrutura das escolas, eleição da equipe gestora, capacitação docente), bem como, levantamento de temas que emergem do contexto social das comunidades que integram o Maciço do Morro da Cruz para compor os planejamentos e reorientarem as práticas pedagógicas. Os projetos essenciais elencados [eram]: Dia Mundial das Águas, Mostra Ambiental, Dia Nacional da Consciência Negra e III Encontro de Arte (TAC). (ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE ANCHIETA, 2012, p.8)³.

A Escola de Educação Básica Padre Anchieta é administrada financeiramente pela Secretaria de Estado da Educação (SED) e a 18ª Gerência Regional de Educação (GERED). A escola recebe recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola do MEC); estes recursos são utilizados de acordo com as especificidades legais e com as necessidades que ela apresenta e tem como entidades deliberativas, aplicadoras e fiscalizadoras a Administração Escolar, a APP (Associação de Pais e Professores) e também o Conselho Deliberativo Escolar.

É a direção escolar a responsável por gerir o funcionamento dos serviços escolares de modo a atingir os objetivos traçados em seu PPP. O diretor é indicado dentre os professores efetivos da escola e possui dois assessores. Atualmente a direção é composta pela professora Maria Elena Lueneberg e suas assessoras são as professoras Regina de Fátima Ribeiro Hoefling e Josiane Martins Brasil. A equipe pedagógica é composta por cinco profissionais: assistentes técnico pedagógicos, assistentes de educação, diretora e duas assessoras de direção. Cabe lembrar que durante o tempo em que a escola pertenceu à Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (CE/FMMC), havia eleição direta para diretores e, atualmente, os diretores são indicados pelo poder executivo. Segundo Paro (2001):

[...] a forma como é escolhido o diretor tem papel relevante ao lado de múltiplos outros fatores, seja na maneira como tal personagem se comportará na condução de relações mais ou menos democráticas na escola, seja em sua maior ou menor aceitação pelos demais envolvidos nas relações escolares,

³ Apesar do que está redigido no PPP da escola, sabe-se que, por inúmeros fatores, a Comissão de Educação encontrou dificuldades para manter as proposições de reuniões mensais acima citadas.

seja, ainda, na maior ou menor eficácia com que promoverá a busca de objetivos, seja, finalmente, nos interesses com os quais estará comprometido na busca desses objetivos. (PARO, 2001, p. 8).

Portanto, a escolha do diretor da escola também vai interferir nos objetivos da comunidade escolar, uma vez que este mesmo diretor é responsável pela efetivação desses objetivos.

Na Escola Padre Anchieta há o conselho de classe e também o pré-conselho, que é uma avaliação de cada turma sobre o bimestre letivo em que os estudantes realizam uma auto-avaliação sobre o grupo e tecem considerações sobre os professores e a escola. Consiste em uma reunião entre a turma e a professora regente para avaliarem o bimestre e essa avaliação é encaminhada ao Conselho de Classe. As crianças e jovens avaliam o rendimento da própria turma, das professoras, e traçam compromissos de melhora para o bimestre seguinte. As perguntas tratam desde o comportamento da turma no bimestre que passou até o que mais agradou na escola.

No PPP da escola o Grêmio Estudantil é citado algumas vezes e são descritos quais são os deveres e os direitos dos alunos, mas pelo que foi observado ele não existe ou não está organizado formalmente. A participação das famílias acontece por meio de assembleias, reuniões por séries, na entrega do boletim e sempre que for solicitado pela escola.

De acordo com o seu Projeto Político Pedagógico, o Conselho Deliberativo Escolar “é uma organização que congrega todos os sujeitos do ato educativo, para promoção de ações que possibilite a escola a cumprir de forma eficaz e eficiente sua função social” (ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE ANCHIETA, 2012, p. 143). Segundo Veiga (2003) “Um processo de construção coletiva fundada no princípio da gestão democrática reúne diferentes vozes, dando margem para a construção da hegemonia da vontade comum” (VEIGA, 2003, p. 277) e não deve consistir em um espaço de disputa de poder com a direção e com outras entidades organizadas da escola, mas que se realize um trabalho em parceria. Ainda, segundo o PPP da EEB Padre Anchieta:

Esta é uma das possibilidades de garantir a participação, e para que se torne efetiva, a entidade deve atender, nos seus limites, as necessidades da comunidade. Sua postura deve ser ética e de organização e suas atitudes devem ser de criatividade, solidariedade, ousadia, disponibilidade, imparcialidade, promovendo articulação com vistas ao trabalho em grupo. (ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE ANCHIETA, 2012, p. 143).

Já a Associação de Pais e Professores (APP), tem por objetivo “a integração Escola Comunidade como entidade cooperadora e de atuação junto à Unidade Escolar”. A associação é composta por alunos, professores, pais, diretores, especialistas, assistentes técnicos pedagógicos, assistentes de educação e funcionários. Essa associação, segundo o referido documento:

[...] possui autonomia para exercer direitos e contrair obrigações com seus recursos provenientes, dentre outros, de doações de pessoas físicas, de entidades públicas ou privadas ou de subvenções de órgãos governamentais. E hoje, a Associação de Pais e Professores [é presidida pela] Sra. Valéria de Oliveira Florentino onde foi eleita por voto direto pela comunidade escolar. (ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE ANCHIETA, 2012, p. 144).

No dia 23 de setembro de 2013 realizamos a primeira visita à escola, em que conhecemos os espaços, organização, equipe pedagógica e as turmas com as quais estaríamos nas semanas seguintes.

Na ocasião, em conversa com a Assessora de direção, a mesma relatou que a APP estava pouco atuante, diferente de outros tempos. Ela falou também o quanto é difícil trazer os pais para escola. No período das observações na turma do terceiro ano, a professora mencionou que as crianças cujas famílias foram pegar a avaliação bimestral na escola tinham melhor desempenho nos processos de ensino e aprendizagem. O que ela percebe é que na maioria dos casos, as famílias que compareceram à escola são justamente as famílias das crianças que não tem grandes dificuldades de aprendizagem. Mas será que essas famílias tem maior participação na escola pelo fato de seus filhos não apresentarem dificuldades ou eles não apresentam dificuldades porque as famílias estão mais presentes na escola?

Outra questão que vale lembrar e que é um dos problemas mais graves da turma além do aprendizado é o ‘comportamento’. Segundo a professora da turma há crianças que faltam bastante, “matam aula”, brigam na escola e nas redondezas. Também foi possível observar durante nosso exercício de docência que os conflitos e as brincadeiras entre os estudantes são violentas e o vocabulário é carregado de ofensas e agressões. É importante ressaltar que as ‘brigas’ no ambiente escolar não se restringem à escola pública, elas existem independentes da condição social ou classe econômica. Mas, mais do que isso, vale enfatizar que ao reduzirmos a questão da ‘violência’ aos territórios dos morros atendidos pela escola Padre Anchieta, incorremos em grave análise histórica,

como se a violência fosse um desígnio das classes trabalhadoras em situação de pobreza. Segundo Vásquez (2007, p. 386), quando esquecemos a raiz objetiva da violência (econômica e de classe) “fica aberto o caminho para que a atuação se centre na própria violência, e não no sistema que a engendra necessariamente”.

Assim, no andamento da conversa, a professora da turma lembrou um dos projetos da escola, que é o projeto sobre violência⁴, e que não adianta as crianças falarem do lado de fora da escola, se continuam a brigar dentro de sala e dentro da escola, e muitas vezes levam ‘brigas’ da escola para a rua e vice-versa. Durante a última semana do nosso exercício de docência na EEB Padre Anchieta presenciamos por três dias consecutivos um ‘suspense’ de que haveria um tiroteio na escola. Alguns jovens, que não eram estudantes da escola, ‘juraram’ um estudante de morte, segundo alguns populares da região. As aulas foram suspensas em alguns períodos e a presença de uma viatura da polícia foi solicitada para conter tal violência. Não foi possível tomar ciência do que resultou esta situação e que atitudes a escola tomou diante disto. Mas nos foi informado que a presença da polícia às vezes é necessária.

Os estudantes dos anos finais e ensino médio participam dos Conselhos de Classe e os dos anos iniciais fazem o pré-conselho junto com a professora. O PPP da escola prevê a existência de um grêmio estudantil, mas não especifica suas atribuições e também não constatamos se realmente existe na prática.

Quanto aos alunos com deficiência, o PPP indica a presença do segundo professor e afirma que este:

[...] tem por função co-reger a classe com o professor titular, contribuir, em função de seu conhecimento específico, com a proposição de procedimentos diferenciados para qualificar a prática pedagógica. Deve junto com o professor titular, acompanhar o processo de aprendizagem de todos os educandos não definindo objetivos funcionais para uns e acadêmicos para outros. (ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE ANCHIETA, 2012, p. 41).

Conforme informado pela assessora de direção, o projeto político pedagógico da escola ainda encontra-se em construção desde 1997 e é realizado em conjunto com professores, funcionários da escola e alguns membros da comunidade. Ainda destaca

⁴ O tema ‘violência’ foi recorrente na fala dos professores durante o processo de formação continuada da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Contudo, sempre muito associado à equivocada e reduzida ideia de que violência é sinônimo de agressões e mau comportamento dos estudantes. Tal percepção epidérmica apenas reforça estereótipos, de que crianças e jovens pobres estão mais afeitos à criminalidade ou a atos violentos (Cf. DANTAS, 2013).

que do primeiro ao quarto ano do ensino fundamental possui somente dois professores efetivos, o que dificulta ainda mais a continuidade dos projetos pedagógicos existentes na escola.

Quanto ao envolvimento desta comunidade em relação à instituição percebe-se que em geral os familiares não estão muito presentes. Tanto a assessora quanto a professora da turma onde foi realizado o exercício docente relataram que os familiares responsáveis são pouco participativos nas reuniões e que mais da metade não compareceu à escola para buscar a avaliação bimestral. Levando-se em conta que boa parte dos familiares dos estudantes reside nos territórios do Maciço do Morro da Cruz e produzem a vida material de forma precária. De acordo com Dantas (2007, p. 132), “o marginalizado, o excluído social, já traz consigo toda uma carga pejorativa que lhe dificulta a trajetória em busca de trabalho e uma renda satisfatória”. Logo, esta ‘não participação’, não pode ser vista como um ‘descaso’ dos familiares, pelo contrário, deve servir de alerta para que a escola pense em estratégias de aproximar estas famílias, que muitas vezes não são participativas porque precisam produzir a sua vida material (muitas vezes de forma degradante), dificultando o acompanhamento pedagógico de seus filhos ou aparentados. É válido considerar também que o difícil acesso às residências e os horários de trabalho destas famílias e da escola também é determinante nesse processo.

E como estreitar estes laços entre famílias e escola? Que estratégias são essas? É o que se pretende clarificar no decorrer desta pesquisa.

No próprio PPP está registrado que “valorizar a participação de todos, mesmo que em princípio não tenha a qualidade esperada, é possibilitar o comprometimento com as ações e permitir que no próprio processo elas se qualifiquem”. O PPP ainda ressalta que:

[...] A escola só tem vida pela presença de alunos, professores, funcionários, pais, equipe administrativas. Sem essas pessoas, ela é apenas um prédio como outro qualquer. Portanto, a razão de ser da escola é o atendimento às necessidades desses segmentos, com destaque para os alunos e o processo de sua formação e suas famílias. (ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE ANCHIETA, 2012, p. 9).

Contudo, sabe-se que o PPP não responde, efetivamente, às demandas do que ocorre no cotidiano da escola, ou seja, o que é a ‘realidade’ e o que é ‘prescrito’ por ela.

É fundamental que o PPP seja revisto e, se necessário, modificado, pois não é um documento para ficar guardado nos arquivos da escola, afinal, ele foi construído para dar mais chances das escolas alcançarem suas metas e todos terem acesso a ele. Também, que a escola consiga proporcionar mais momentos de encontros entre professores e comunidade escolar, objetivando a reelaboração do PPP naquilo que diz respeito às suas principais demandas.

2.1 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Esta pesquisa concentra-se em refletir sobre o contexto de gestão escolar democrática no âmbito da escola pública, buscando entender a concepção de ‘gestão democrática’⁵, e como acontece a relação da escola com as famílias nesse processo.

Entre outros fatores, para pensar em uma escola a partir da perspectiva de uma gestão democrática é preciso entender o contexto onde se vive para poder planejar o que a escola tem a fazer, atendendo às necessidades dos estudantes, comunidade e sociedade. De modo geral a cultura da escola se transforma de acordo com os sujeitos que nela convivem, os quais trazem consigo suas culturas, que vão sendo reproduzidas e ressignificadas. Para tanto, é preciso legitimar a participação efetiva da comunidade para que realmente sintam-se parte importante e atuante no contexto escolar. Como aponta a reflexão feita por Souza, em que:

A percepção da relação de imbricação que existe (ou deveria existir) entre escola e comunidade pode levar ao sentimento de pertencimento, algo tão importante quanto à disposição política para a participação efetiva nos diferentes espaços e instâncias escolares; e isso pode resultar no diferencial qualitativo das experiências escolares e comunitárias de gestão democrática. (SOUZA, 2009, p. 206).

Afinal, para assegurar uma gestão escolar democrática, deve-se pensar para além da questão política, mais do que isso, sobretudo, refletir sobre processos participativos na tomada de decisão. Para Lück (1998, p. 17), “a participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consistente pela qual os membros da escola

⁵ Entendida a democracia como medição para a realização da liberdade em sociedade, a participação dos usuários na gestão da escola inscreve-se inicialmente, como instrumento a que a população deve ter acesso para exercer o seu direito a cidadania. Isto porque, à medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a sociedade, ultrapassando os limites da chamada democracia política e construindo aquilo que Norberto Bobbio chama de democracia social. (PARO, 1998, p. 6).

reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e dos seus resultados”.

A esse respeito, temos o respaldo legal que garante a participação de toda a comunidade escolar conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394 de 1996 (Artigo 14, inciso II) explicita que:

[...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

A gestão escolar democrática surgiu a fim de melhorar a qualidade da educação no Brasil. Essa gestão possibilitaria à comunidade escolar, a participação na tomada de decisões. Mas sabe-se que na realidade ainda possuem dirigentes centrados em questões burocráticas e administrativas. Um fator importante para alcançar uma gestão escolar democrática é a necessidade de se descentralizar as decisões da figura do diretor de modo que a gestão não seja apenas uma atividade burocrática, mas que seja uma gestão pedagógica, que priorize as relações e torne a escola mais humana.

Pensando nessa questão, pretende-se analisar: como é possível valorizar a participação de todos na escola pública? Qual foi a herança que a Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz deixou para a escola de Educação Básica Padre Anchieta, visto que o objetivo geral da CE/FMMC se alicerçava na defesa da escola pública com qualidade, a partir da construção dos projetos políticos e pedagógicos de cada realidade escolar? (DANTAS, 2013, p.120)?

3. A DEMOCRATIZAÇÃO NA ESCOLA COMO ELEMENTO DE APROXIMAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL

O resultado de reflexões e questionamentos de como a escola é hoje e o que poderá vir a ser, buscando de forma coletiva caminhos para melhorar seu desempenho, integra objetivos, ações e soluções para o bem comum, este é um princípio fundamental para uma gestão democrática. Na garantia de um direito básico dos estudantes que é o direito de aprender, e para isso, o espaço escolar em suas dimensões materiais e sociais deve estar preparado para cumprir sua função social, ou seja, ensinar os conhecimentos historicamente acumulados.

Nesse movimento de formação o sujeito em processo de escolarização precisa estar disposto a aprender, permitindo que o outro com mais experiência lhe ensine e transmita os conhecimentos, os valores, portanto, a cultura de um mundo que já existe. Segundo Charlot (1986, p. 108), “a criança é, assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade querem que ela seja e temem que ela se torne, isto é, do que o adulto e a sociedade querem eles próprios ser e temem tornar-se”.

Portanto, não podemos compreender as crianças como sujeitos passivos, pois elas se apropriam do meio em que vivem, agem sobre ele e expressam os aprendizados de suas experiências. Cabe a nós adultos compreender de que forma essas experiências estão contribuindo positivamente para a constituição desses sujeitos. A escola, por ser um espaço privilegiado para a apropriação de conhecimentos historicamente produzidos pela sociedade, é também um lugar de socialização entre os sujeitos. Estabelecendo relações, fazendo escolhas, participando, resolvendo seus próprios problemas, negociando, etc..

Os estudantes da EEB Padre Anchieta, em grande medida moradores dos territórios do Maciço do Morro da Cruz⁶, convivem em condições de vida precária e trazem esta realidade vivida para dentro da escola. Diante do exposto, surge uma

⁶ Segundo Muñoz, Melgarejo e Buss (2013, p.48), “Conhecido como uma região que se encontra submetida a uma situação de alto risco social e que apresenta uma série de problemas que influenciam a progressão da escolarização de crianças e jovens dessas comunidades. É sabido que parte desses problemas está diretamente relacionado à precariedade das instalações escolares, à violência, à falta de água e saneamento básico, às péssimas condições de lazer, moradia e transporte. Temos então um conjunto de comunidades que se configuram como espaço único e de características singulares, características estas que influenciam diretamente no cotidiano dessas escolas e conseqüentemente necessitam de um trabalho diferenciado para o enfrentamento de suas problemáticas”.

questão: será que a escola pública está preparada para receber essas crianças? E como a escola pode fazer um trabalho diferenciado para enfrentar esses ‘problemas’?

Num percurso histórico de dez anos (1999-2009) a Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, além de lutar pela defesa da escola pública com qualidade, a partir da construção dos projetos políticos e pedagógicos de cada realidade escolar, tinha por objetivo maior a qualificação da aprendizagem das crianças e jovens dos territórios do Maciço do Morro da Cruz:

[...] sabe-se que as mudanças curriculares nessas unidades de ensino só serão possíveis quando os agentes da mudança (professores/as, sobretudo) conseguirem incorporar em suas práticas pedagógicas diferentes formas de ensinar crianças e jovens que não apresentam os códigos culturais e linguísticos das classes sociais mais bem providas de capital econômico. (DACOREGIO, DANTAS, 2013, p.65).

A alta rotatividade de professores substitutos nas escolas públicas, sobretudo na EEB Padre Anchieta, como foi citado no primeiro capítulo, torna-se um elemento limitador para que essas mudanças se efetivem.

A Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) que envolve a estrutura curricular, formação docente adequada, envolvimento das comunidades escolar e local, processos de avaliação condizentes com a realidade escolar das crianças e jovens, aposta nos conteúdos produzidos historicamente pela humanidade, etc. são fatores que podem contribuir na busca da ‘solução’ desses problemas para fazer um ‘trabalho diferenciado’ e assim atingir seu maior objetivo. Uma vez que as transformações da organização social acabam interferindo na organização desse trabalho pedagógico. Como destaca Machado (2000, p. 103):

No contexto das mudanças que invadiram o cenário educacional e a gestão escolar, a formação continuada vem ganhando progressiva importância, como sinal de que o aprendizado deve assumir caráter permanente e dinâmico na vida dos profissionais de qualquer organização humana. A formação passa a ser vista como instrumento fundamental para o desenvolvimento de competências, envolvendo valores, conhecimentos e habilidades para lidar com as mudanças aceleradas, com contextos complexos, diversos e desiguais, para aprender a compartilhar decisões, lidar com processos de participação e adaptar-se permanentemente às novas circunstâncias e demandas institucionais.

A partir dessa premissa, não podemos esquecer que para que se possa fazer um ‘trabalho diferenciado’⁷, antes de tudo é preciso acreditar que a escola pública, o ensino e a aprendizagem, podem e devem melhorar. Porém, não basta traçar metas, sem dar condições para que elas se efetivem. Segundo Dacoregio e Dantas (2013, p.72) “O Estado que exige maior empenho dos/as professores é o mesmo que desqualifica os trabalhadores em educação, seja pelas condições indignas de trabalho, seja pelos salários e planos de carreira aviltantes”. Contudo, sabe-se que na prática o trabalho do professor não é valorizado como deveria, gera frustrações e conseqüentemente afeta na constituição desses sujeitos como seres detentores de direitos e efetivamente humanizados (estudantes).

Deste modo, os professores e professoras que atuam com estudantes em situação de vulnerabilidade social⁸ precisam fazer um trabalho diferenciado, ou seja, práticas pedagógicas que favoreçam o aprendizado desses sujeitos, uma vez que eles não detêm as mesmas condições de estudantes de classes econômicas mais favorecidas. Cabe à escola e aos professores/as, trabalharem na direção de suprir essas condições, acreditando nas reais possibilidades de aprendizagem dos estudantes, rompendo com a ideia de que as crianças com menos oportunidades tenham menores condições de aprender, conscientes de que aprendem de formas diferentes, pois vivenciam experiências distintas.

Ainda de acordo com Dacoregio e Dantas (2013), referindo-se ao trabalho da CE/FMMC na direção apontada,

[...] a Comissão de Educação necessita [va] de um planejamento estratégico que [pudesse] diagnosticar com maior precisão as prioridades, metas e ações transformadoras nas comunidades escolares e locais, conduzindo igualmente os/as trabalhadores em educação a um processo de superação de práticas pedagógicas desarticuladas do seu entorno social (DACOREGIO, DANTAS, 2013, p.70).

É fato que a responsabilidade não é somente da escola e/ou dos professores, e não cabe aqui e nem é essa a intenção de se encontrar um responsável. A sociedade capitalista está em contínua crise, e se o processo educativo dos sujeitos ocorre a partir

⁷ Quando me refiro a ‘trabalho diferenciado’ neste contexto quero dizer, práticas pedagógicas que levem em consideração o seu entorno social.

⁸ O termo ‘vulnerabilidade social’ é multidimensional, mas deve ficar claro de que a maneira como o tratamos aqui não pode ser entendido de forma passiva, ou seja, sujeitos em situação de vulnerabilidade social reivindicam melhores condições de existência; minimamente, estão articulados politicamente em seus territórios de convívio, ainda que não tenham acesso a uma série de direitos sociais que lhes foram negados, historicamente.

das relações sociais em que estão inseridas, estas relações também acabam sendo afetadas em suas dimensões culturais e econômicas, visto que a educação vai muito além de transmitir conhecimentos. Educar-se é, sobretudo, humanizar-se por meio das relações sociais.

Nesta direção, a democratização da escola como elemento de aproximação com a comunidade local faz-se necessária diante da necessidade de ampliação do debate do que é ‘político’ e do que é ‘pedagógico’. Não se pode subestimar a participação da família na escola, pois esta relação contribui para o fortalecimento dos laços entre estudantes, professores e coordenadores pedagógicos; relação que avança para além dos ‘muros da escola’, permitindo que crianças, jovens e familiares se apropriem de outros espaços da cidade, ‘desguetizando-se’ e apropriando-se de bens sociais e culturais de forma plena (DANTAS, 2013).

Entende-se que um dos aspectos fundamentais para se desenvolver uma gestão democrática escolar, seja assumir um compromisso político comum, que é a formação integral das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, a comunidade escolar deve conhecer e reconhecer as dinâmicas culturais que esses sujeitos vivenciam. Como destaca Schneckenberg (2000):

A tendência no modelo de gestão escolar democrática vem orientando os dirigentes educacionais no que se refere à qualidade da aprendizagem dos alunos, de modo que conheça a sua realidade, a si mesmos e as condições de enfrentamento dos desafios do dia-a-dia, tarefa esta que exige o envolvimento de todo grupo social no sentido de unir esforços para a efetivação dos objetivos apontados. (SCHNECKENBERG, 2000, p. 119).

Uma educação verdadeiramente democrática em que todos tenham iguais oportunidades de aprendizagem e de sucesso, não é responsabilidade apenas da escola. A escola é parte de um sistema educacional que opera em nível nacional e que, historicamente, apresenta muitas práticas centralizadoras, embora prescreva no âmbito legal a necessidade de uma gestão democrática e participativa nos espaços de escolarização.

O que pretende se defender aqui é que a gestão democrática ocorre:

Na medida em que conseguir a participação de todos os setores da escola, educadores, alunos funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e funcionamento, [terá] melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos (PARO 2001, p. 12).

Isso quer dizer, possibilitar o acesso de toda comunidade escolar na sua gestão democrática, tanto na parte financeira quanto na pedagógica e assim ter a capacidade de tomar decisões e assumir as responsabilidades por elas. Mas, “toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola de 1ª. e 2ª. Graus [sic] que tenha efetiva participação dos pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica” (PARO, 2001, p. 9). Possivelmente, acreditar numa transformação é o primeiro passo para que essa participação de efetive, ainda que seja difícil de ser alcançada na sua totalidade. Paro, ainda ressalta que:

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO, 2001, p. 10).

Facilmente se presume que além das condições de trabalho adequadas, a formação continuada de professores ingressa como elemento importante para essa transformação, pois não há porque falar em educação de qualidade sem uma formação adequada dos professores, uma vez que eles são ‘responsáveis’ na construção do pensamento desses sujeitos em formação. Todavia uma formação apropriada à realidade do contexto em que a escola está inserida, como aponta Dantas (2007):

Desta maneira, pensar em uma construção curricular diferenciada para crianças e jovens em situação de risco torna-se, além de uma necessidade premente, um desafio constante para os (as) que acreditam no fortalecimento e na interatividade entre as comunidades escolar e local. (DANTAS, 2007, p. 125).

Durante os dez anos em que a Comissão de Educação do Fórum do Maciço no Morro da Cruz (CE/FMMC) esteve presente entre suas escolas associadas, a formação continuada se deu de formas e conteúdos variados, “as etapas de formação permitiram, dentro do possível, aproximar os educadores da realidade específica dos territórios dos morros.” (DANTAS; MARCASSA, 2013, p. 28). O que se quer dizer, é que a formação continuada não se esgota em cursos de formação hegemônicos, que não dão conta de resolver os complexos problemas da prática pedagógica. Mas, ainda segundo Dantas e Marcassa (2013, p. 29), “buscou construir, com seus limites e possibilidades,

mecanismos que garantissem a realização de um projeto de formação sintonizado com as necessidades e demandas concretas de suas escolas”.

Identifica-se que as experiências deixadas pela CE/FMMC contribuíram para uma melhor relação com a comunidade local pertencente aos territórios do Maciço do Morro da Cruz; uma das heranças positivas, dentro dos limites e possibilidades, foi a aproximação dos professores à realidade vivida por essas crianças e jovens desses territórios por meio dos cursos de formação continuada voltados a uma construção curricular que levasse em consideração o público atendido. Uma vez que:

Os professores das escolas associadas à CE/FMMC não podem ficar imunes às situações vivenciadas cotidianamente pelas crianças e jovens que recebem em suas salas de aula e em seus espaços pedagógicos, já que as condições de saúde, habitação, nutrição e trabalho, que constituem a vida desses estudantes, afetam diretamente o seu desempenho e atividade escolar. (DANTAS, MARCASSA, 2013, p. 40).

Neste contexto, considera-se que esta atitude de buscar compreender a realidade vivida por esses estudantes, entre outros fatores, é o que provavelmente poderá romper com esse distanciamento que ainda é bastante presente na relação professor/aluno, ou seja, vendo-os como são e não como deveriam ser, além disso, acreditando que todos podem progredir. Pois, de nada adianta propor uma gestão democrática na escola se o professor tiver uma postura autoritária⁹. Concomitante a isto, vale lembrar-se de como é importante perceber que somos bem-vindos, ficar à vontade para questionar, sugerir e perguntar durante as aulas; uma postura autoritária faz com que os estudantes se sintam inseguros e sem motivação para aprender, ao se reconhecer que o prazer por aprender, nasce do desejo em superar suas dificuldades, mobilizados¹⁰ por uma curiosidade.

Desta maneira, algo pode fazer ou não sentido, “pois o próprio sujeito evolui, por sua dinâmica própria e por seu confronto com os outros e o mundo” (CHARLOT, 2000, p.57). Logo, o prazer por aprender não nasce espontaneamente nos sujeitos e para que isso aconteça o professor precisa ter clareza que o objetivo da sua atividade de ensino faça sentido aos estudantes. Vale lembrar que em nosso período de observação

⁹ Autoritário: uso impróprio da autoridade; imposição de forma dominadora, arbitrária e opressora.

¹⁰ Como nos ensina Charlot (2000), mobilizar no sentido de oferecer situações de ensino que façam sentido aos estudantes, para que eles se apropriem do saber, é necessário que entendam para que realizar a atividade, porque é importante aprender? É preciso que estude e se mobilize intelectualmente. Mobilizar-se, então, para Charlot (2000, p. 55) “é reunir suas forças, para fazer uso de si próprio como recurso [...] é também engajar-se em uma atividade originada por móveis, porque existem “boas razões” para fazê-la”.

participante na Escola de Educação Básica Padre Anchieta observou-se que em alguns momentos quando a professora trazia elementos do cotidiano para as aulas, as crianças se sentiam mobilizadas a participar contando suas experiências, tornando a aula mais dinâmica.

O desafio é grande, pois se sabe que em uma sala de aula não há aprendizado homogêneo e imediato; as pessoas possuem repertórios de aprendizagem diferentes, isso ficou evidente em nosso exercício da docência. A dificuldade em propor um planejamento em que todos possam participar dentro de seus limites e possibilidades exige estudo, reflexão e sensibilidade por parte do professor, ou seja, compromisso pela profissão que escolheu seguir, sabendo de todos os obstáculos que enfrenta dia a dia.

3.1 ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO DA ESCOLA COM AS FAMÍLIAS

Historicamente, a família passou por muitas transformações. A principal delas foi o papel que as mulheres assumiram na sociedade, passando a trabalhar fora e ter os mesmos direitos que os homens. Logo, os filhos começaram a frequentar a escola mais cedo e por períodos mais extensos, se afastando. Tais transformações implicam em um conflito de se distinguir, entre família e escola, as responsabilidades que cabem a cada uma delas.

A vida corrida de grande parte das famílias e tudo o que esta provoca tem levado à crescente omissão das responsabilidades escolares sobre seus filhos. Diante dessa situação as famílias muitas vezes entendem que a escola é a maior responsável para o sucesso ou fracasso escolar do estudante e, por consequência, muitas vezes a escola responsabiliza a família pelos problemas dos estudantes, e a família responsabiliza a escola pela não aprendizagem desses sujeitos. Esse distanciamento muitas vezes se dá por falta de informação, tendo em vista que muitos familiares acreditam que a escola é de fato a maior responsável por educar os estudantes. Mas como fazer para que essa aproximação se efetive?

Promover uma gestão democrática é um grande desafio a ser alcançado. E em relação a tal aspecto, entende-se que possivelmente fazer com que a família e a comunidade escolar se sintam realmente parte importante da escola é o primeiro passo a ser dado. A importância da aproximação entre família e escola pode e deve contribuir para proporcionar melhorias no processo de aprendizagem dos estudantes e assim, melhores condições ao exercício docente. Como lembra Kramer (2004):

A interação escola-família favorece e complementa o trabalho realizado na escola com as crianças, na medida em que possibilite que se conheça seus contextos de vida, os costumes e valores culturais de suas famílias, e as diferenças ou semelhanças existentes entre elas. E esta interação está relacionada desde o momento onde a família participe das atividades da escola, favorecendo assim a esta participação em horários flexíveis. (KRAMER, 2004, p.101).

Ou seja, favorecer uma aproximação com a realidade vivida por estes sujeitos. Uma vez que não se pode desconsiderar o lugar onde o sujeito se constitui enquanto ser humano e o espaço que ele toma na sociedade. Kramer (2004) ainda afirma que:

Se o currículo considera a realidade social e cultural das crianças, entendemos a relação escola-família na sua dimensão social, respeitando os modos de agir e pensar dos pais, mas, explicitando nossas metas, atitudes e prioridades. (KRAMER, 2004, p. 100).

Justina Sponchiado (2013, p.238) constata, em seu artigo - “*Famílias, escola, saber: um estudo a partir de uma turma de crianças no contexto do Maciço do Morro da Cruz*”, elaborado a partir da tese de doutorado¹¹ em que entrevistou catorze famílias – que as famílias ao serem perguntadas se gostariam de estar mais perto da escola, e de que maneira, algumas questões me chamaram atenção, reforçando a importância dessa aproximação, pois: “a maioria disse que gostaria de participar mais e opinar em questões escolares”, ou seja, há vontade de as famílias estarem mais perto da escola, mas essa falta de informação/comunicação que mencionamos anteriormente, talvez seja o maior obstáculo para essa participação, pois:

Sempre que questionados sobre o interesse em obter mais notícias sobre as atividades escolares, e também sobre iniciativas, trabalhos e produções de seus filhos e filhas, as respostas foram veementemente afirmativas. É provável que uma maior comunicação poderia tornar-se um dos modos de aproximação família-escola, escola-família. (SPONCHIADO, 2013, p.238).

Na ocasião, a pesquisadora acima citada, perguntou se um pequeno jornal poderia contribuir para tal aproximação, e todas as mães e pais consultados responderam afirmativamente e com entusiasmo.

¹¹ Ver mais em SPONCHIADO, Justina I. **Da relação com a escola e seus saberes entre crianças (d) e família de “baixa renda”**. Um estudo a partir de uma instituição pública da Ilha de Santa Catarina. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em educação. UFSC. Florianópolis, 2012.

Ao ler esse trecho do artigo, recordamo-nos de uma de nossas últimas proposições realizadas no exercício da docência na Escola de Educação Básica Padre Anchieta. Tal proposição teve como objetivo construir um jornal coletivamente, em que os estudantes fossem os autores, mostrando o resultado das situações de ensino que eles mais gostaram durante o período em que realizamos o exercício da docência. Por fim, foi constituído um jornal que imprimimos formatado em fontes específicas de um jornal, com imagens das proposições que eles construíram e entregamos para que pudessem levar para casa ou para alguém externo à sala de aula. Entregamos também para as coordenadoras e diretora.

Quando levamos o jornal impresso e lemos em conjunto, foi um momento de muita satisfação tanto para nós quanto para os estudantes, pois ficou evidente cada sorriso, enquanto se identificavam como produtores e consumidores de textos.

Esta seria uma estratégia interessante para aproximar as famílias da escola, mesmo que não seja de maneira presencial. Pois ao mesmo tempo em que os estudantes se sentem valorizados pelo trabalho de sua autoria realizado, os familiares responsáveis se mantêm informados sobre a aprendizagem dos estudantes.

Outra estratégia possível seria propor encontros com os familiares responsáveis para apresentar as proposições realizadas com os estudantes em horários flexíveis, pois muitas vezes os familiares atribuem o fato de não serem chamados na escola por não haver com que se preocupar com seus filhos. Mas geralmente os familiares são solicitados a comparecer na escola quando há alguma questão negativa para resolver. O contrário normalmente não ocorre, não são chamados para informar sobre como está seu desenvolvimento, a não ser na entrega dos boletins, em que muitos não podem comparecer por causa dos horários determinados pela escola.

Segundo Paro (2001, p. 13) “não basta permitir formalmente que os pais de alunos participem da administração da escola, é preciso que haja condições propiciadoras dessa participação”. Portanto, oferecer essas situações de diálogo, provavelmente favorece a participação coletiva de todos os sujeitos envolvidos, efetivando a melhoria da qualidade da escola pública.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade em que vivemos, ainda que pautada pela lógica do capital, a escola continua sendo o espaço privilegiado de apropriação dos conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade. O processo educativo dos sujeitos ocorre a partir das relações sociais em que estão inseridos e da posição social que eles ocupam nestas relações.

Portanto, compreende-se que é preciso respeitar a realidade local para organizar práticas de ensino que garantam uma aprendizagem que faça sentido aos sujeitos, assegurando que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e de sucesso, princípio básico de uma gestão escolar democrática, uma vez que o objetivo maior da escola é a qualidade da educação.

Contudo, sabe-se que a prática pedagógica num contexto em que os estudantes vivem em situação de vulnerabilidade social, requer ainda mais o engajamento dos professores, mesmo sabendo que suas condições de trabalho são em variadas situações degradantes e não são devidamente valorizadas socialmente.

Ao avaliar a real situação, compreende-se que uma postura democrática deve partir inicialmente dentro da sala de aula, na aproximação da relação professor/estudante e conseqüentemente com as famílias. Nesse sentido, o diálogo se faz fundamental.

Considerando as condições conflitantes em que estes sujeitos estão inseridos, percebe-se que ao propor práticas pedagógicas que favoreçam o aprendizado e, ao mesmo tempo, focado na construção de uma imagem positiva de si mesmo, o professor oportunizará melhores condições para que os/as estudantes acreditem em si, enxergando na escola uma ponte para transformar a sua realidade; adquirindo saberes e valores importantes, e não apenas informações descontextualizadas e que serão esquecidas. Pois, não basta que o estudante ‘passe de ano’, o importante é que ele se aproprie do conhecimento sistematizado e fortaleça a sua participação na sociedade.

Deste modo, faz-se necessário saber ponderar, ouvir, considerar o outro e estabelecer parâmetros para a realização de uma atividade coletiva, que envolva ações individuais, valores relacionados ao respeito, companheirismo, cooperação, colaboração etc., que contribuirão para o processo emancipatório desses sujeitos.

Sendo assim, para desenvolver uma gestão escolar democrática é fundamental assumir um compromisso político comum, que é a formação integral das crianças e

jovens em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, a comunidade escolar deve conhecer e reconhecer as dinâmicas culturais que esses sujeitos vivenciam.

Vale lembrar que não basta assegurar em forma de documentos legais a garantia de uma gestão escolar democrática. Embora as iniciativas existam é preciso pensar em políticas de Estado compromissadas e adaptadas a cada lugar e a cada escola. Uma escola pública – como é o caso da escola Padre Anchieta, objeto de nosso estudo – necessita de uma participação política efetiva, com todas as suas instâncias de deliberação efetivamente organizadas (APP. Conselho Deliberativo. Conselhos escolares e grêmios estudantis). Não por acaso, tal instituição fez parte da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, lutando pela democratização da escola e por compromissos comuns a todas as crianças e jovens dos territórios dos morros de Florianópolis/SC (área insular).

Para que a participação da comunidade escolar se concretize é preciso criar estratégias de aproximação entre escola e comunidade e, certamente, não há uma receita única, pois cada escola e comunidade possuem suas especificidades, e quem trabalha na escola pode fazer a diferença de acordo com sua compreensão de ser humano, de sociedade, de educação, de sua postura política e pedagógica.

Nesta direção, a participação política envolvendo comunidade escolar e local pode ocorrer de outras formas, pois não se pode admitir a ‘ausência’ pela ‘ausência’ das famílias no espaço de escolarização. Logo, esta ausência não pode ser vista como um ‘descaso’ dos familiares. Pelo contrário, deve servir de alerta para que a escola pense em estratégias de aproximar estas famílias que muitas vezes não são participativas porque precisam produzir a sua vida material exaustivamente, dificultando o acompanhamento pedagógico dos estudantes.

Embora ainda existam muitas dificuldades entre a relação escola e família, muitas vezes por pura falta de informação e comunicação, pode-se concluir no decorrer do estudo, que ao aproximar a família da escola consegue-se detectar o que a comunidade espera daquela instituição. Essa ‘parceria’ é benéfica à medida que se consiga ter uma escuta sensível destas famílias e construir projetos que consigam captar os anseios das mesmas para haver um ganho real nessa relação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, v. 135, n. 24, 20 dez. 1996.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CHARLOT, B. O. “filho do homem”: obrigado a aprender para ser (uma perspectiva antropológica) In: CHARLOT, B. **Da relação com o saber**. Porto Alegre: ArtMed, 2000, p. 51-58.

DACOREGIO, E. G. D. G; DANTAS, J. Território, currículo escolar e formação docente: a experiência da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC. In: MARCASSA, Luciana Pedrosa; PINTO, Fábio Machado; DANTAS, Jéferson Silveira. **Formação Continuada e Politização Docente**. Florianópolis: Insular, 2013, p.61-80.

DANTAS, Jéferson. Projeto histórico e construção curricular: a experiência social do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 88, n. 218, p. 122-139, jan./abr. 2007.

DANTAS, Jéferson. **Reescrever o mundo com lápis e não com armas**: a experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC. Florianópolis: Editoria em Debate, 2013.

DANTAS, Jéferson. MARCASSA, Luciana Pedrosa. A formação continuada em serviço e a politização docente nas escolas associadas à Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. In: MARCASSA, Luciana Pedrosa; PINTO, Fábio Machado; DANTAS, Jéferson Silveira. **Formação Continuada e Politização Docente**. Florianópolis/SC: Insular, 2013, p. 19-46.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE ANCHIETA. **Projeto Político Pedagógico**. Florianópolis, 2012, 152 p.

KRAMER, Sonia (org.). **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática, 2004.

LÜCK, Heloisa. (Org.). Gestão escolar e formação de gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000.

LÜCK, Heloísa. A dimensão participativa de gestão escolar. **Gestão em Rede**, Brasília, n. 9, p. 13-17, ago. 1998.

MACHADO, M. A. M. Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares. In: LÜCK, Heloisa. (Org.). *Gestão escolar e formação de gestores*. **Em Aberto**, Brasília, 2000, p. 97-112.

MUÑOZ, L. V.; MELGAREJO, M. M.; BUSS, P. O lugar da formação inicial no processo de educação continuada: a construção da politização docente no chão da escola. In: MARCASSA, Luciana Pedrosa; PINTO, Fábio Machado; DANTAS, Jéferson Silveira. **Formação Continuada e Politização Docente**. Florianópolis/SC: Insular, 2013, p. 47-60.

PARO, Vitor Henrique. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. São Paulo: Ática, 1998.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

SCHNECKENBERG, Marisa: a relação entre política pública de reforma educacional e a gestão do cotidiano escolar. In: LÜCK, Heloisa. (Org.). *Gestão escolar e formação de gestores*. **Em Aberto**, Brasília, 2000, p. 97-112.

SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de. Gestão Democrática e Eleição de Diretor: do exercício da autonomia à realização do direito. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 199-209, jan./jun. 2009.

SPONCHIADO, J. I. Famílias, escola, saber: um estudo a partir de uma turma de crianças no contexto do Maciço do Morro da Cruz. In: MARCASSA, Luciana Pedrosa; PINTO, Fábio Machado; DANTAS, Jéferson Silveira. **Formação Continuada e Politização Docente**. Florianópolis/SC: Insular, 2013, p. 217-244.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Traduzido por Maria Encarnación Moya. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto Político Pedagógico: uma Construção Possível**. Campinas: Papirus, 2003.